

Resenhas

L'ÉDUCATEUR

AS ORIGENS da revista *L'Éducateur* remontam a 1924 (começou a ser publicada quatro anos depois), quando C. Freinet começou a pensar e desenvolver as suas técnicas pedagógicas, conhecidas na França como *techniques Freinet*. Freinet era, em 1924, um professor primário, apaixonado pelas novas doutrinas e experiências pedagógicas. Numa escola rural do sul da França, iniciou sua reforma, fazendo os seus alunos imprimirem os textos que êles próprios haviam redigido (texto livre). Isso foi apenas o ponto de partida para uma profunda renovação dos métodos de ensino, renovação baseada em técnicas de expressão que estimulam o poder criativo da criança, além da prática do *texto livre*, que é preparado em comum. O sistema de fichas redigidas e impressas pelos alunos, tendo em vista especialmente os recursos do meio local, substituiu os manuais escolares. Essas fichas são intercambiadas entre as escolas, de diversas regiões, que praticam o mesmo método, enriquecendo assim a documentação dos alunos. Freinet elaborou assim toda uma concepção duma *educação popular* que apela, ao mesmo tempo, para o trabalho individual, para o trabalho de equipe e para a prática cooperativa. Nasceu daí o movimento chamado da *École Moderne*, que é orientado e animado por Freinet, e que agrupa milhares de mestres e mestras, constituindo um dos fatores mais ativos de evolução pedagógica na França, e cuja influência cresce no estrangeiro. Freinet continua suas experiências na *École de Vence* (Alpes-Maritimes), que êle fundou em 1955.

A característica pois do método de Freinet são as suas técnicas, concentradas especialmente no *texto livre*, o qual serve para descobrir os interesses dos alunos e permite a expressão destes. Sua escola se baseia no livre desenvolvimento, na espontaneidade, nos interesses das crianças, a partir dos quais elas são guiadas para a aquisição e organização dos conhecimentos. O desenho, a poesia, as atividades artísticas em geral, têm lugar importantíssimo, como decorrência do cuidado com o desenvolvimento da expressão, baseada no *texto livre*. Os textos livres, desenhos, etc., são reproduzidos e publicados, constituindo uma biblioteca de trabalho que conta atualmente com 530 títulos, que cada escola pode possuir. Ideal de Freinet: levar a criança a disciplinar-se livremente pelo trabalho e pela cooperação, para que cada um desenvolva em si "o máximo de humanidade e de dignidade".

Temos em mãos o número de *L'Éducateur* de 1.º de outubro de 1962, primeiro do ano letivo

62-63 (ano letivo europeu). A revista é bimensal e é publicada pelo *Institut Coopératif de l'École Moderne*. O número em questão contém um artigo de Freinet sobre as metas e planos da *École Moderne* em 62-63. "Nós nos ocupamos de tudo, pois a educação depende de tudo". Falando dos instrumentos de trabalho, à frente dos quais coloca a revista *L'Éducateur*, escreve: "Com êstes instrumentos provados, para os quais elaboramos a técnica de utilização, poderemos abordar uma outra pedagogia. Antes, só podíamos ler, escrever, estudar e recitar lições, fazer exercícios. Agora podemos escrever, imprimir, correspondermo-nos, desenhar, fazer gravuras, trabalhar com fichários auto-corretores, enriquecer e organizar o fichário documentário, gravar em fitas, recortar maquetes, montar cartões elétricos, construir motores". Em seguida há outras colaborações, dentro das rubricas habituais, assinadas por P. Le Bohec, Elise Freinet, Mme. Berteloot, J. Peticolas e outros. Há também o habitual fascículo com fichas, esquemas, planos de trabalho, etc. R. Grosso nos põe ao par da fundação de um *Centre International de l'École Moderne*, em Aosta (Itália). Enderêço do I.C.E.M.: Institut Coopératif de l'École Moderne, Boite Postale 282, Canne (A.-M.) — França.

JURACY ANDRADE

REQUISITOS SOCIAIS DA DEMOCRACIA

"ALGUNS requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política" — Seymour Martin Lipset — in *Revista Brasileira de Estudos Políticos* — n.º 13, janeiro de 1962.

Êste estudo foi dado a público em 1958. Para o seu autor a democracia só pode ser, claramente, a democracia burguesa. Parou, do ponto de vista filosófico, no século XVIII e, economicamente, na revolução francesa. Assim define a democracia: "A democracia (numa sociedade complexa) é definida como um sistema político que oferece oportunidades constitucionais regulares para mudança dos governantes. É um mecanismo social para resolução do problema de tomada de decisão societário entre grupos de interesse em conflito, o qual permite à maior parte possível da população influenciar estas decisões, pela sua capacidade de escolher entre competidores alternativos para o exercício político". Essa democracia resume-se na mudança e na escôlha dos governantes. Mesmo

que a escôlha seja entre seis e meia-dúzia a democracia ocidental estará salva.

Mais adiante lemos: "... se um sistema político não for caracterizado por um sistema de valores que permita o 'exercício' pacífico do poder — a concordância dos de 'fora' com as decisões tomadas pelos de 'dentro' e o reconhecimento pelos de 'dentro' dos direitos dos de 'fora' — não pode haver democracia estável. Este tem sido o problema enfrentado por muitos países latino-americanos". Ora, Mr. Lipset sabe muito bem que o problema enfrentado por muitos países latino-americanos não é de 'exercício pacífico do poder', nem de concordância dos de 'fora' com os de 'dentro' no clubezinho da politicagem. Trujillo exerceu o poder pacificamente durante mais de trinta anos com o beneplácito e o apóio do governo democrático exemplar dos EUA. Igualmente Stroessener exerce seu poder pacificamente e é muito bem visto pelos democratas do dólar. E os políticos de 'fora' sempre concordam com os de 'dentro', contanto que esteja assegurada uma partilha razoável do espólio do povo, êste sim fora de qualquer participação na política. Mr. Lipset, o problema dos países latino-americanos, que tanto o preocupa, é o saque imperialista que mantém a imensa maioria dos nossos povos na mais negra miséria, privando-os da evolução econômico-social-política e mantendo-os deseducados e doentes. E aqui estamos de acôrdo com o autor, quando considera o desenvolvimento econômico como um requisito para a democracia. Mas creio que não estamos em condições de esperar ou promover um desenvolvimento econômico em bases capitalistas, e é quando o autor ficará escandalizado, pois sua evolução filosófica parou no século XVIII e sua evolução econômica parou no capitalismo. Ao tentar explicar a sua classificação dos países em 'mais' ou 'menos' democráticos, diz claramente: "É possível que Max Weber estivesse certo quando sugeriu que a democracia moderna, em suas mais claras formas, pode somente ocorrer sob as especiais condições da industrialização capitalista". Está tudo dito: democracia mesmo é a democracia burguesa, fora do sistema capitalista não há democracia... Os critérios usados para dividir em 'menos' ou 'mais' democráticos os países são puramente formais e arbitrários, como formal e arbitrário é o conceito de democracia do autor. Se definirmos, duma maneira mais realista, a democracia como a participação de todo o povo nas conquistas e progressos modernos, em todos os campos: política, cultura, ciência, técnica, educação, saúde, etc., nesse caso um só critério deveria ser adotado para medir o grau de democracia em qualquer parte do mundo. Não seria preciso adotar um critério para a Europa e EUA e outro para a América Latina, unicamente para conformar-se aos interesses burgueses. Para a Europa e EUA um critério mais rígido, pois são as metrópoles, são os donos do mundo, devem dar o bom exemplo (e ademais sabem o que é democracia, basta citar o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália, l'État Français de Pétain e a OAS na França, a segregação

racial e o macartismo nos EUA). Para a América Latina um critério menos rígido, mais paternalista, pois são semicolônias: basta que não tenham uma vida política por demais escandalosa.

Que diferença faz, seja para os interesses imperialistas, seja para os interesses da burguesia local, seja para o homem do povo marginalizado, que diferença faz que a Venezuela, p. ex., seja governada pelo ditador Marcos Pérez Jiménez ou pelo "democrata" Rômulo Betancourt?

A página 17 Mr. Lipset cai em aberta contradição quando escreve, com poucas linhas de diferença: "... a democracia está relacionada com o estado de desenvolvimento econômico. No campo concreto, isto significa que, quanto mais rico um país, tanto maiores serão as possibilidades para a manutenção da democracia". "... a face moderna da tirania é o comunismo ou peronismo..." (o estudo é de 58, senão leríamos fidelismo...). Ora, Mr. Lipset, nos países comunistas e socialistas o desenvolvimento econômico é uma realidade palpável, é um ideal coletivo. Serão, então, conforme a teoria de Mr. Lipset, os países mais democráticos do mundo e não a face moderna da tirania. O quadro que o autor põe nas páginas 19-21 para provar que os países socialistas, os países da América Latina e outros, são pobres e tiranizados não vale, pois a grande maioria dos países socialistas começou a sair, há poucos anos, das trevas do subdesenvolvimento e do semicolonismo, não podendo competir com as metrópoles superdesenvolvidas porque superexploradoras e superimperialistas. Idem para os seus comentários a respeito.

A educação, para o autor, é fator importantíssimo de democracia e nisto creio que todo mundo está de acôrdo. Mas, acrescenta Mr. Lipset, não se deve estabelecer inferências otimistas a respeito da democracia na URSS, apesar dos elevados índices de educação ali registrados. Sempre o preconceito anti-socialista, muito pouco científico.

O formalismo e o apriorismo do autor continuam a funcionar na parte do estudo referente à legitimidade política. Dá grande importância a símbolos como a monarquia e a outros símbolos das classes dominantes. Mas esta resenha já está se alongando demais. Ainda uma referência ao infundado otimismo de Mr. Lipset quando diz, à página 58, que "os trabalhadores ganharam a sua luta pela cidadania e pelo acesso político, isto é, o direito de tomar parte em todas as decisões do corpo político em nível igual aos outros". Ainda chegaremos lá, Mr. Lipset, mas então a Ford Foundation, controlada pelos seus trabalhadores, não subvencionará mais estudos como o seu.

Achamos positivo no trabalho de Seymour Martin Lipset: a) a ênfase dada à educação para a democracia; b) a ênfase dada ao desenvolvimento econômico, como base para a democracia; c) a importância dada às associações não estatais para o equilíbrio democrático, o autor podia ter frisado mais o papel dessas associações como grupos de pressão; d) as observações sobre a atitude anti-democrática das religiões estatais, sobre-

tudo a secular oposição da Igreja Católica à democracia. Concordamos plenamente com êle (ver nosso estudo, a sair brevemente, *A Igreja na Cidade*).

Terminamos lembrando a Mr. Lipset que ser ocidental não é critério de verdade e lhe pedindo que procure entrosar-se com o progresso filosófico e político do mundo inteiro, oriente inclusive.

JURACY ANDRADE

NÓVO MALTUSIANISMO

— DE ACÓRDO com as estimativas mais exatas, baseadas em dados históricos e arqueológicos seguros, centenas de milhares de anos decorreram até que a população mundial atingisse os 250 milhões do tempo de Cristo, e dezesseis séculos mais para que duplicasse (era cêrca de 500 milhões, em 1600). Em contrapartida, serão necessários apenas 35 anos para que a atual população do mundo (3 bilhões, em 1960) duplique, se a taxa atual de crescimento populacional permanecer constante. E, a partir de então, muito menos de 35 anos para que atinja os 12 bilhões, desde que o índice de crescimento demográfico (1%, em 1945, e 2% 1960) persista crescendo.

Estas as observações que, século e meio depois do *Essay on the principle of population*, em tom igualmente dramático e igualmente profético de seus efeitos sôbre “o futuro desenvolvimento da sociedade” e a “felicidade humana”, publica o “Center for International Economic Growth”, em estudo intitulado *Does overpopulation mean poverty*, de Joseph Marion Jones, Washington D. C., 1962. Sem dúvida, há, ultimamente, preocupação muito grande com o que passou a se chamar de *explosão demográfica*. Muitos — o nosso autor, inclusive — consideram o crescimento demográfico excessivo, que assistimos hoje, o problema mundial mais grave, afastado o perigo oposto de uma guerra nuclear. O Population Reference Bureau, Inc. por exemplo, que edita, também nos Estados Unidos da América, o *Population Bulletin*, tem constantemente enfatizado a questão, assumindo, no entanto, posições mais acomodadas. Sua edição de outubro do ano passado analisa o problema América Latina (*Latin America and Population Growth*), e o número de fevereiro dêste ano (*Population Growth and Economic Development*), opõe o aumento populacional, em vários países, às taxas cumulativas de crescimento do produto, tão grande o primeiro a ponto de anular o esforço empreendido pelo desenvolvimento econômico.

O trabalho do professor J. M. Jones é mais obra de divulgação. Um tanto ou quanto jornalístico, a partir mesmo da apresentação do problema, da importância dada a depoimentos, do sistema de perguntas e respostas adotado, da própria linguagem. Nem assim, deixa de interessar, inclusive a especialistas.

Para o autor, os progressos da medicina e da higiene no mundo subdesenvolvido de certo modo

alteraram “o equilíbrio precário da estabilidade quantitativa da espécie humana” (cita Einstein). É-lhe evidente que a sociedade “que pratica o controle da mortalidade (death control), deve ao mesmo tempo praticar o controle da natalidade”, que “o corolário da higiene e da medicina preventiva é a contracepção” (citação de A. Huxley). Conclui que “não há tempo a perder”, pois, se não agirmos prontamente, “o problema do incremento, em progressão geométrica, da população mundial pode tornar-se incontrolável”.

Pensa Mr. Jones que “uma redução nas taxas de crescimento demográfico (...) ajudaria a acelerar o desenvolvimento econômico e a incrementar os níveis médios de vida”. Que a “quase unanimidade dos economistas internacionais” pensa assim.

Certo, se bem que haja algumas correções a fazer para alguns dados apresentados — o crescimento demográfico anual em Gana, por exemplo, como sendo de 4,9%, mais do dôbro do que se estimava, e virtualmente impossível, do ponto de vista fisiológico, reflete antes a grande inexatidão dos censos anteriores — não resta dúvida de que a “explosão demográfica” é problema sério. Basta observar que, mantida uma taxa de crescimento populacional de 3% ao ano (a do Brasil, de acôrdo com dados de 1950), ter-se-á que poupar e investir cada ano 9%, pelo menos da renda global para simplesmente manter a renda média por habitante, e 15% para se obter um aumento anual da renda *per capita* de apenas 2%.

Contudo, o problema do crescimento demográfico não é tão simples, nem se esgota em considerações baseadas em raciocínio rígido de causalção linear. Um aumento populacional não produz sempre os mesmos efeitos. Pode mesmo funcionar como força de pressão estimulando o desenvolvimento. Para um país determinado, considerando-se uma quantidade conhecida de recursos naturais e um nível dado de tecnologia, existe um *ótimo* populacional que, atingindo, eleva o produto social ao máximo. O problema demográfico deve ser considerado, portanto, ao nível das quantidades relativas, tendo-se em vista a proporcionalidade dos fatores e técnicas de produção. A partir de então, um elemento de racionalidade penetra um problema que aparentemente só contém contradições insolúveis.

R. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

DUARTE COELHO

ESTUDANTE um seu tanto encantado com o século XVI dá-nos Costa Porto em *Duarte Coelho* (OS CADERNOS DE CULTURA — 127 — Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura) mais um capítulo de suas pesquisas. Monografia elaborada num sugestivo “à vontade” de exposição, sem rigorismos, se bem que marcanamente de louvor ao estadista luso, em nada sacrifica a verdade histórica e o saber tirar conclu-

sões novas — e certas — com que o historiador pernambucano caracteriza sua obra.

A técnica de buscar na substanciosa correspondência de Duarte Coelho elementos de fundamentação foi feliz, porquanto todo o espírito do homem nela se encontra; às vezes, em frases curtas; outras, em expressivas palavras soltas no meio do período. Ainda: até grande parte das conclusões a que chegou o Autor estão como que antecipadas nas epígrafes da plaqueta, quase tôdas extraídas de cartas duartinas.

Costa Porto tem afinado, constantemente, com Gilberto Freyre na defesa dos elementos humanos com os quais Portugal colonizou o Brasil. Em *Duarte Coelho* insiste na mesma tese (pág. 4), alegando, inclusive, com o rigorismo da legislação criminal da época: “nem todo degredado era, necessariamente, um criminoso no sentido rigoroso da palavra, pois às vezes se puniam com degrêdo pecadilhos, faltas leves” (pág. 47). Apesar de ser este o ponto de vista mais acertado não tem faltado quem afirme ser uma escória compacta os que, deixando Portugal, vieram para o Brasil. A palavra autorizada de Costa Porto, referendando um seu parecer, já anteriormente expresso, repudia esta condenação pura e simples aos portugueses que aqui estiveram nos séculos XVI e XVII, notadamente. O que o Autor destaca, neste capítulo, é a participação majoritária entre os colonos daqueles originários de províncias agrícolas (pág. 17) o que ajudou aos propósitos do donatário de, em Pernambuco, estabelecer autêntica “colônia de plantação”.

“Áspero no repreender e moderado no castigar” foi como que a divisa governamental de Duarte Coelho que lançando em Pernambuco as bases de um eficiente programa colonizador, classificado pelo Autor como “o ponto mais alto da experiência portuguesa nos trópicos”, revelou-se, a todo instante, um pioneiro”. Pioneiro no dar ao campo lugar precedente à mineração; pioneiro até na defesa do povo contra o que chamou de os seus ES-FOLADORES; pioneiro na proteção aos humildes contra aquilo que à época já era de poderosos — também de aristocratas — o chamado império da cana-de-açúcar.

Vencido pela intriga e pela má-fé, de igual sorte pela ciumada de Tomé de Souza, conforme deixa ver Costa Porto, e ainda pelo isolacionismo característico do sistema donatário, acabou caindo de pé. Duarte Coelho é, no dizer do historiador, um “velho marinheiro, amadurado nas lutas do expansionismo lusitano” (pág. 21).

“Para o de Deus e para o de meu Rei a poucos darei vantagens, assim do passado, como do porvir, confiando em Deus” (carta de Duarte Coelho em 20 de dezembro de 1546). E foi assim, defende Costa Porto, o trabalho de Duarte Coelho, não poupando inclusive as suas finanças para obter, como exceção, sucesso de implantação administrativa na capitania.

MARCOS VINÍCIOS VILAS

O PROBLEMA DA LITERATURA A SERVIÇO

AS ESQUERDAS brasileiras já atingiram um grau de repercussão popular suficiente para que uma crítica a pontos de vista seus não implique necessariamente em se fazer o jôgo da reação. Nesta fase passa a se tornar fundamentalmente, ao lado da continuação de um trabalho de esclarecimento político das massas, uma busca agora mais séria de aprofundamento das idéias. Negar esta necessidade será próprio dos crentes em que uma transformação social seja um processo quase biológico como que doada ao homem pelo determinismo da natureza sócio-econômica. É claro então que para estes a arte deva ser uma preocupação para depois. Mas, como ela existe, que se converta em útil para o povo.

Tomando o ensaio de Haroldo de Campos, poeta e crítico paulista, sobre Maiakóvski (“Maiakóvski em Português: Roteiro de uma Tradução”, Revista do Livro, julho-dezembro de 1961), pretendemos mostrar para onde pode conduzir idéia semelhante. Procuremos, por isso, antes formulá-la.

A julgar pelas declarações do C.P.C., pelos autos apresentados por membros seus ou realizados em colaboração por autores de movimentos correlatos, como o M.C.P. do Recife, parece se depreender que as esquerdas brasileiras, quando se preocupam com o problema da arte, raciocinam da seguinte maneira: em uma área subdesenvolvida, de altíssimo teor de analfabetismo, a cultura precisa ser simplificada para que atinja o povo. E mais: essa simplificação deve ser feita para conduzir à consciencialização política do povo, mostrando a sua exploração (a exemplo de *24 Horas na Vida de Brasilino*), a crueldade dos latifundiários, o descaso ou conivência ou “alienação” das autoridades, a coragem do homem do povo, a sua decência, etc.

Não negamos a importância social e a utilidade da arte assim instrumentalizada. Apenas nos perguntamos: a) o papel da arte deve se restringir a consciencializar politicamente a comunidade?; b) há-de se sujeitar a qualidade estética à didática como condição prévia ou geralmente necessária para o alcance pretendido para a obra? Responda-se que assim é devido na fase atual. Perguntaríamos então se sempre não haverá um problema que pareça dever ser atacado e realçado didaticamente. Dêste modo, a concepção da arte engajada, como está sendo apresentada, parece-nos que não tem um sentido meramente faseológico. Como pode ser empregado em qualquer ocasião em que seja útil ao Estado. A situação ainda vigente em uma Rússia não mais subdesenvolvida parece confirmar o ponto de vista. E a sua gravidade resulta de que assim, em última análise, a concepção postulada é antagonista à essência criadora mesma da arte. A arte é uma atividade consciencializadora, mas o é através de uma transfiguração da realidade inserida ao nível do imaginário. Nele o real não é negado mas enriquecido pela conversão dos acontecimentos em esteios de uma representação significativa do mundo. Mas para que isso não pareça demagogia metafísica,

tomo um exemplo em Guimarães Rosa. Em ligeiro parêntesis esclareço que não estou pensando em propor a substituição dos autos participantes pela leitura de Guimarães Rosa. Tomo o seu exemplo para mostrar o que representa um texto realmente de arte e em consequência, a complexidade com que se põe o problema de uma execução de fato criadora.

Em "Soroco, sua Mãe, sua Filha", o simples mundo do acontecimento seria o canto das duas mulheres dementes, que Soroco depois então, por saudade e sem-razão e em que o povo que o acompanha se incorpora. Entretanto este mundo se estrutura para que faça perceber um outro subjacente. Que o canto, canto que ninguém entendia, brote no começo das dementes e, depois, "a vezes tão altas" parta de todos indica um significado para as coisas do mundo. O acontecimento se transfigura ao apontar para um significado visto do mundo. No acontecimento residiam três elementos básicos, a demência, o canto, a comunhão final do povoado. Mas na verdade o segundo e o terceiro elementos são variantes do primeiro, pois a demência não é só das loucas, o canto brota sem razão lógica, a comunhão se plenifica sem que se entenda bem por que. Assim o acontecimento de Soroco aponta para a demência que acompanha o destino do homem. Demência no sentido de que a razão não é capaz de tomar conta da inteireza do seu ato. O ato humano então é sempre um desafio à cegueira que o persegue sobre o mundo. Ao mesmo tempo, porém, na integração pelo canto se formula o sentido da liberdade. Ela não é usada por cálculo como se usaria uma régua. Tampouco ela é imposição das circunstâncias. Ela é essencialmente risco, entrega consciente ao que não se pode compreender por inteiro. É assim que Soroco e o povo se solidarizam: através do canto que não entendem, mas que sabem que diz a sua dôr comum.

Não pretendemos trazer Guimarães com a leitura para as camadas populares de hoje. Mas isso não quer dizer que não encontremos autores brasileiros de qualidade literária que, aptos para essa divulgação, no entanto não o estão sendo. Cremos que "Morte e Vida Severina" de João Cabral, poemas e crônicas de Carlos Drummond, a leitura de Graciliano Ramos, peças de A. Suassuna pudessem se incorporar de logo ao trabalho de democratização da cultura e desenvolvimento da cultura popular. Divulgando as suas obras, ao lado das essencialmente didáticas ou politizadoras, não só se estimulariam novos autores para que trabalhassem neste campo, como evitaríamos o perigo de uma servilização da cultura.

Mas para isso é necessário, por sua vez, o amadurecimento dos críticos e intérpretes de arte. Sem esse amadurecer as afirmações continuarão ingênuas ainda quando bem intencionadas. Lukacs poderia servir de exemplo do que pretendemos. Lembra a seu respeito o protesto de alguém que ouvia conferência sua, quando Lukacs dizia que o personagem central em Tolstoi, oculto sob todos os seus nobres e aristocráticos, era um obscuro camponês. Para que afirmação chocante como es-

sa contivesse verdade e não demagogia fôra necessário a Lukacs uma penetração e uma sensibilidade que lhe fizesse ultrapassar o que o Partido apresentava como a quintessência da arte progressista. O que, em última análise, portanto, criticamos é a aceitação e o emprêgo exclusivo do teatro didático politizador. Este não deve ser eliminado, reconhecemos o seu papel pedagógico. É necessário, porém, enlarguecer o nosso sentido mesmo da educação popular. Quando as esquadras brasileiras se recusam a pensar nesta complexidade das relações da arte com a comunidade assumem uma posição ativista, que não encontra exemplo em Marx e que nega ao homem o direito de ser criador. Levanta-se assim este terrível paradoxo: no intuito de libertar o homem da sua escravidão econômica nega-se a êle a educação para a criatividade. Não se diga que ao povo não interessa ou que êle ainda não tem condições para ser criador. Não é preciso recorrer à poesia dos povos primitivos, ou ao cancionário africano recolhido por um Senghors. Basta-nos recordar as frases que foram recentemente coletadas na experiência de alfabetização da cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. "Janeiro em Angicos é muito difícil, porque Janeiro é cabra danado prá judiá da gente", "quero aprender prá seguir nas leis se puder ser", "servir a mim e a quem precisar e votar em quem merecer", "ser o que a sorte der", "eu gosto do circo por causa das capiloçadas dos palhaços". Frases como estas trazem uma beleza simples e dolorosa que é preciso aprender para que não se entregue ao povo mensagens que podem politizá-lo mas distorcendo a riqueza da sua expressão da realidade. Quando assim se faça se compreenderá melhor mesmo um autor como Guimarães Rosa na sua linguagem vastamente impregnada de coloquialismos e construções populares.

O trabalho de Haroldo de Campos que sugeriu estas considerações assume dentro do quadro exposto uma importância particular. Percebe o autor que negligenciar o exemplo de Maiakóvski na sua luta contra os burocratas do Partido será facilitar uma asfixia da cultura igual àquela contra a que o poeta estêve inútilmente. Não se entenda, porém, que assim Haroldo de Campos escreva um libelo político ou de defesa das idéias sociais de Maiakóvski. Haroldo Campos o que faz é se acercar de um texto do poeta, no caso o poema "A Sergei Iessênin" e, buscando recriá-lo em português dêle retirar tôdas as suas ilações estéticas e ideológicas. Se Haroldo de Campos é levado à análise das idéias de Maiakóvski — a idéia da poesia como produção, projetada para o futuro e destinada a círculos vários de consumidores, desde os outros criadores até às camadas populares — é por efeito do texto mesmo para o qual procurava um correlato em português. Isso vale dizer, por sua vez, que Maiakóvski a elas chegara por efeito da poesia de vanguarda, desburocratizada que construía. Com isso se comprova o que dissera o próprio Maiakóvski: "Não há arte revolucionária sem forma revolucionária".

Os nossos autos participantes repelem a idéia,

no entanto. Eles visam ser diretos, humanos e demonstrativos. Eles são úteis, no entanto a sua exclusividade nos faz perguntar: no Brasil renovado que queremos, a arte há de ser considerada como um instrumento secundário, subordinado a propósitos didáticos de simplificação ou se deve encarar a como a forma por excelência de clarificação — além do nível do ideológico — da existência no mundo?

A denúncia de Maiakóvski contra a arte alistada, denúncia de quem não era um conformista, nem um contra-revolucionário, deve ser pensada com urgência por nós.

LUIZ COSTA LIMA

DIMENSÃO DE RUPTURA

SERIA a literatura de Robbe-Grillet uma confissão definitiva de que o romance não pode concorrer com o cinema? A pergunta é feita por Maurício Rittner, no Suplemento Literário do *Estado de São Paulo* (26-1-63), a propósito de L'ANNÉE DERNIÈRE À MARIENBAD, obra de Robbe-Grillet/Alain Resnais.

Segundo MR, "Robbe Grillet atingiu um dos possíveis limites da expressão romanesca, através de uma lente registradora de imagens que é capaz de coincidir com o olho do escritor no instante da criação literária. E assim o cinema vem a socorro do romance, com amplas possibilidades de salvá-lo da exaustão e da senectude. Talvez mesmo possa salvá-lo da morte, como outrora salvou o teatro".

Mas aí perguntaríamos: e quem salvaria o cinema do seu não menor desgaste? A menos que a visão de MR, por pouco crítica e muito entusiástica, não perceba o cinema também em crise. Mas este engano parece natural diante de um suporte filosófico da natureza seguinte: "Desnecessário encarecer o caráter utópico do cinema puro, que mergulharia, fundo num universo de objetos. Estes nunca serão completamente desumanizados, pelo simples fato de só existirem, em concreto, como resultado da percepção do homem". O que nos parece equívoco dos maiores.

Entretanto, como se tal rasgo de idealismo houvesse saído por acaso, vem-nos de MR a declaração de que "... as imagens de MARIENBAD procuram encontrar nas coisas o seu sentido primitivo, anterior aos conceitos" e também de que o filme sugere "... que a verdadeira vida se consegue quando nos libertamos de um preexistente universo monolítico de conceitos". Depois, afirma melhor que "... a objetividade de MARIENBAD é uma subjetividade reconquistada, certamente mais essencial. Nos objetos já estão os dados da fatalidade que leva o personagem à ação". No que acreditamos.

A seguir, traz MR para o seu artigo uma verificação mais importante. Para ele, "MARIENBAD é um filme totalmente construído sobre as dúvidas e incertezas do pensamento ocidental, que

não se conforma em encarar o homem apenas como um fenômeno objetivo a mais. Assim é objetiva a pessoa humana, na medida em que isso é possível, pelo único caminho que encontrou aberto: o do zen-budismo". De tal modo, "... a condição de subjetividade garantida pela narração na primeira pessoa é constantemente negada (ou melhor, superiormente afirmada, de acordo com o ideal Zen) pela identificação das pessoas com os objetos que permite conhecê-los em essência profunda. Essa identificação tem no filme um sabor de vitória sobre o "eu", vitória que não destrói o sopro de humanismo que o percorre, mas justamente o preserva".

Sobre o problema da memória, que a crítica sempre analisa em Alain Resnais, distingue MR a estrutura de HIROSHIMA da de MARIENBAD. Enquanto haveria, em HIROSHIMA, o processo mental de associações livres para contar algo, MARIENBAD seria um filme sobre o próprio processo mental, sem contar nenhuma história. Por fim, após comparação a obras de Hitchcock e Bergman, chega MR à conclusão de que o filme de Robbe-Grillet/Alain Resnais "comunica uma sensação de ruptura". Afirmativa que é bastante genérica para indicar o valor essencial de qualquer obra de arte.

OSMAN DE FREITAS

CADERNOS DA CINEMATECA — Objetivando proporcionar aos estudiosos dos fenômenos fílmico e filmológico, do Brasil, elementos orientadores relativos ao universo multifacial do cinema, a Fundação da Cinemateca Brasileira, sediada em São Paulo, acaba de lançar duas publicações — *Cronologia da Cultura Cinematográfica no Brasil e Cinema e Infância*, como início de um grande plano de divulgação, que contará com trabalhos elaborados por filmólogos nacionais e pessoas do corpo de colaboradores da importante instituição de defesa da sétima arte.

As publicações, que recebem a denominação de *Cadernos da Cinemateca*, são obras que servirão de "instrumentos de trabalho e informação" e "seu intuito será mais o de suscitar o desenvolvimento dos estudos (cinematográficos) do que propriamente opinar", como destaca a nota de apresentação de lançamento das edições.

A primeira das publicações, *Cronologia da Cultura Cinematográfica no Brasil* foi escrita por Rudá Andrade, conservador da Cinemateca Brasileira e um dos responsáveis pelo progresso que a entidade paulista vem tendo no panorama da cultura cinematográfica no país. Embora o autor afirme de que se trata de "um rascunho" e que "omissões" são comuns em obra de tal porte, a *Cronologia* no que se refere especialmente à região nordestina se apresenta pobre de informações, deixando de registrar fatos bastante significativos e de conhecimento de toda a crítica brasileira. Para exemplificar: a existência e atividades das Associações dos Críticos de Cinema da Bahia e Parai-

ba (esta existindo há oito anos) não são mencionadas; a publicação de páginas semanais em torno do cinema pela imprensa nordestina também não fez referência e até mesmo o papel desempenhado por Lauro de Oliveira, em Pernambuco, José Rafael de Menezes, na Paraíba, Aldo Medeiros, no Rio Grande do Norte, na criação de cine-clubes e realização de cursos acerca do cinema não são registrados. Há lacunas que, no entanto, são imperdoáveis, como a não citação entre os livros escritos no Brasil de *Caminhos do Cinema*, do prof. Rafael de Menezes.

A Cronologia toma como ponto inicial do aparecimento da cultura cinematográfica, no Brasil, a organização de uma Cinemateca, em 1910, por Roquete Pinto e faz um levantamento de todo o movimento cultural em torno do cinema até o ano de 1960.

Embora apresente omissões verdadeiramente inexplicáveis como as apontadas acima, o que poderão ser corrigidas em outra edição, a *Cronologia da Cultura Cinematográfica no Brasil* deve ser lida e é de grande utilidade para os professores brasileiros, especialmente por aqueles que vêm o cinema, não como um espetáculo de diversão, mas, sim, como um fator de civilização.

Já *Cinema e Educação* (Plano de Estudos e Orientação Bibliográfica), de autoria da professora Ilka Brunilde Laurito é algo de maior significação e de grande interesse para todos os psicólogos e sociólogos, críticos e, mais de perto, a todos os que se preocupam com o estudo da criança. É trabalho, como anota sua autora, para "um tipo de gente que ama a criança e cinema e que deseja fazer criança amar cinema".

Sendo um esboço de preparo inicial teórico para os que desejam entrar na prática do cinema infantil em suas diversas modalidades (produção, direção, difusão, cine-clubes, etc.), a publicação representa um depoimento de alguém que vem lutando, há anos, pelo estabelecimento de um cinema infantil. Os comentários que precedem os vários capítulos, dando indicações de ordem teórico-prática sobre a problemática do filme infantil são bastante didáticos e ricos de informações especializadas, o que valoriza o trabalho.

Cinema e Infância é fruto de um pensamento que se preocupa com a marcante, influência que o cinema vem tendo junto à criança, quase sempre negativa, e como o problema vem sendo encarado pelas autoridades, exibidores, pais de família, etc. Representa, no fundo, um grito de protesto contra a atual situação.

Duzentas e quarenta publicações foram catalogadas, examinadas, criticadas e sumariadas pela professora Brunilde. O que empresta ao livro um aspecto dos mais interessantes são os comentários que abrem os vários capítulos, notadamente por apresentarem uma preocupação bastante prática e nunca especulativa, sem cabimento em uma obra como a presente.

Seis temas são desenvolvidos na apresentação dos 240 trabalhos: Educação Artística, Iniciação Cinematográfica, Cinema e Infância (Prática), Cinema e Infância (Teoria), Cinema e Educação.

Pensando como Ilka Brunilde em que "no campo do cinema para a infância, no Brasil, tudo está para ser feito", tem o valor de um marco, um acontecimento-dinamo, o aparecimento de "Cinema e Infância".

WILLIS LEAL

RESENHA DE JORNAIS

"A POESIA de Maiacóvsky era considerada obscura e, com respeito a isso, êle assim argumentou, em seu artigo de 1928, *Os Operários e Camponeses não te Compreendem* "Ainda não ouvi, para se vangloriar, ninguém dizer: — Como sou inteligente, não compreendo a aritmética, o francês ou a gramática. Mas o brado eufórico — eu não compreendo os futuristas! — ecôa há quinze anos, cai e se ergue novamente, excitado e jubiloso"... "Um simples nós não te compreendemos não constitui um veredicto"... "Há uma especulação e uma demagogia a respeito da incompreensão".

Quem relembra essas coisas é José Lino Grunewald, no *Correio da Manhã* de 12.1.63. O tema é oportuníssimo, pois "quando o maior poeta soviético da revolução (e que, nela, também participou física e pessoalmente) assim se exprime, está induzindo, de imediato, uma diretriz para encerrar o chamado problema da participação". Acrescenta J.L.G. que o artista "automeado participante", tende para "uma espécie de derivativo simbólico dos fuzis" nas épocas "em que se aguçam as crises político-econômico-sociais".

Mas o pior — continua êle — é que o tema político é menos universalizante do que, por exemplo, o do amor, e a massa terá dificuldade em penetrá-lo. Em razão disso, "o artista dá o pulo para traz, vai facilitar, vulgarizar a sua linguagem, quer dizer, retorna à redondilha maior, ao sonetão derramado, à pintura ou desenho figurativo, a esculpir melancólicos jangadeiros ou astronautas eufóricos"... "Enquanto isso, gritam em volta dêle os cartazes luminosos, telegramas, rádio, TV, fotografia, cinema ou, já, as máquinas de texto do filósofo Max Bense". E aqui cabe uma pequena ressalva, a de que, mesmo reconhecendo obviamente que o tema do amor é mais universal, nem por isso deixamos de constatar antes, a dificuldade das massas em penetrar *qualquer obra poética de elevado nível cultural*. O problema, portanto, é de democratização da cultura, o que não se consegue tornando-a vulgar (assim seria apenas a democratização da incultura) mas simplesmente pela democratização do ensino. A questão, na verdade, não é entre arte versus política, evidentemente, mas sobre o problema mesmo de arte e não arte, ou seja, de nível de expressão artística.

JLG, adiante, diz que é uma "falada balela" a literatura marxista. Pois, assim, teríamos de falar em uma literatura cartesiana, aristotélica, sofista etc. Além do mais, é mutilar Marx envergá-lo apenas tendo em vista seus interesses vinculados ao logocismo histórico das lutas de classes, quando foi

o mesmo autor de *O Capital* que afirmara “o homem é um ser existente por si próprio, quer dizer, um ser genérico”; e que falam ainda, no inter-subjetivismo humano”, situando-se, dessa forma, “na raiz da fenomenologia”.

E recusando o simplismo conteudista de epcs proliferantes, cita Merleau Ponty: “O sentido de um quadro ou de um poema não fica destacado da materialidade das cores e das palavras, êle não é criado nem compreendido a partir da idéia. Não se compreende a coisa percebida senão depois de se tê-la visto e nenhuma análise, nenhum relatório verbal, pode substituir essa visão”. (Daí porque arte não se faz mesmo, apenas, com boas intenções; e sem forma satisfatória não existe arte, por mais que se cante contra ou a favor do camponês).

Explica que, com a descoberta da lei da relatividade, e a queda “do critério antigo da hierarquização de valores absolutos que vigoravam sob a égide da mecânica de Newton”... “torna-se válido, hoje, orientar o conceito do belo no sentido do funcional, pois a palavra função denota a primazia de um contexto de relações puras e/ou qualificação dos dados providos pelo conhecimento”. (Nota: mas o que é mesmo funcional? Desde quando uma determinada obra de arte deixa de ser funcional?).

Depois de dizer que é necessário repensar a própria revolução política, desde que não convence a mera troca de classes dominantes, conclui que “a revolução do artista, através da obra, é a de um humanista e não a de um político”. Embora não vejamos incompatibilidade entre humanismo e política. Mas, de qualquer forma, a arte, como tal, vai mas além de qualquer revolução.

F. A. B. M.

SOB o título de “Uma Pergunta Pateta”, R. Magalhães Júnior, no Suplemento Literário do *Correio da Manhã* de 12.1.63, respondeu, acrememente, à crítica de um crítico do *Jornal do Brasil*. Estranhara êste que RMJ, “um brasileiro do século XX”, tivesse “saído dos seus cuidados para escrever uma comédia de assunto francês, *A Canção Dentro do Pão*”.

Observa o autor da peça: “Vê-se que o crítico tem um ponto de vista absoluto, intransigente, inarredável: brasileiro só deve escrever sobre assunto brasileiro. Por extensão muito lógica e por forçosa via de consequência, francês só pode escrever sobre assunto francês, inglês sobre assunto inglês, italiano sobre assunto italiano, russo sobre assunto russo e assim por diante. Tenho, de mim para mim, que é a mais revolucionária de tôdas as teses formuladas nos últimos tempos”.

Quatro quintos do seu artigo RMJ consome em exemplos sobre autores — desde Shakespeare, a Molière, Goldoni, Byron, Lamartine, Stendhal, até a Allan Poe, Marck Twain, Henri James, Eugene O’Neil, Thorton Wilde, Alexandre Dumas, Bernard Shaw, Jules Verne, Somerset Maugham, Jules Ro-

main, Sartre etc. etc. etc. — escritores de todos os quilates — que escreveram obras cuja ação se passa “no estrangeiro”. O que sempre foi muito natural.

O que nunca foi natural — ressalte-se — foi o gênio de alguns dêsses escritores, que, escrevessem sobre o que escrevessem, tornavam-se imediatamente universais. O contrário da maioria dos escritores de todo o mundo, que, escrevendo com estilo emprestado sobre temas emprestados, fazem obras imprestáveis. Alienados de qualquer interesse, nacional ou internacional.

F. A. B. M.

NO SUPLEMENTO literário do Estado de São Paulo, de 2/3/63, Wilson Martins — que presentemente está em Kansas, nos Estados Unidos — escreve um artigo sobre um tema sempre oportuno: “As Contradições do Comunismo”. Restringe-se praticamente, aliás, a citar enxertos do livro *The New Soviet Society*, de Herbert Rítvo, que, por sua vez, analisa o *Terceiro Programa do Partido Comunista Soviético*.

O artigo procura desfazer algumas das idéias que comumente se propagandeam do que seja a atual URSS. Nêsse sentido, lembra que “pensões de enfermidade, incapacidade e velhice, sômente nos próximos 20 anos serão estendidas aos membros dos *kolkhoses*”. Adiante, com ironia, que “de tôda evidência a União Soviética está igualmente necessitada de uma reforma agrária, tanto mais que, segundo se sabe, é justamente na agricultura e na produção dos bens de consumo que se encontra o ponto fraco de todo sistema. Acrescenta que a administração russa também não foi capaz de solucionar o problema da habitação, considerado tanto no segundo (1919) como no terceiro (1961) o “mais agudo” ou “tarefa mais imediata” para o bem estar do povo soviético.

Contudo, o sr. WM chega a cometer distorções inexplicáveis dentro de um contexto de seriedade crítica, quando diz, por exemplo, que “quarenta anos de um regime instituído, antes de mais nada, em nome do camponês, conserva-o na mesma miserável condição que conhecia sob a autocracia czarista” (!). A afirmação, de si só, compromete todo o artigo. Mas o que desejamos ressaltar é que se quer negar o comunismo sob a alegação de que alguns setores da economia soviética ainda não atingiram um nível desejado, é cair no mesmo erro daquêles que pretendem negar o capitalismo com base nalguns problemas — como o do desemprego nos Estados Unidos, por exemplo — que êle não conseguiu ainda resolver, ao menos completamente.

Ademais chove desnecessariamente no molhado quando procura comparar os estágios atuais do desenvolvimento russo e americano, pois não há ninguém que tenha dito a sério que êsses dois países já possuem níveis idênticos de bem estar social. É o próprio Kruschév que avisa, repetidamente, que isso só se dará por volta de 1980. O que há

de importante são os saltos de desenvolvimento que têm sido possíveis à Rússia dar em 40 anos e à China em pouco mais de 10 — o que não pode ser negado por ninguém, nem mesmo por aqueles que, em vista de uma ou de outra razão, não aceitam a ideologia ou a praxis necessária ao caminho desse desenvolvimento.

Hoje, portanto, é acadêmica qualquer discussão sobre se o capitalismo (vide os Estados Unidos) ou o socialismo (vide a União Soviética) são possíveis caminhos de enriquecimento. O que se discute é a relação entre esses ou outros caminhos e a maior ou menor cota de sacrifício de ordem político-social imposta a um povo que busque se desenvolver.

F.A.B.M.

TENDO o Recife contado nos últimos anos com apenas um suplemento literário e mesmo este de qualidade muito ruim é, sem dúvida, um sinal animador o caráter de seriedade de que revestiu o suplemento do Jornal do Comércio de 2 de julho de 1963. Trata-se-á de um acaso ou de uma mudança de orientação? É verdade que mesmo na segunda hipótese não é de se esperar nenhum milagre. Certo tipo de colaborador tradicional continuará eternamente em busca de polêmica, ou-

tro em busca de elogios, outro em elogiar o mais novo "mestre" e assim por diante. Os que tenham alguma experiência de redação em um meio intelectualmente pobre como é o Recife saberão que é quase inevitável a presença daquela espécie de colaborador. Que ao seu lado, no entanto, passe o suplemento do JC a contar com colaborações inteligentes e corajosas como a do pintor Francisco Brennand, presente neste número, e a se preocupar com o movimento dos poetas novos da terra e da região é um sinal inequívoco de renovação de um meio hoje intelectualmente quase estagnado. Na medida em que essa orientação, que por ser prudente não deixa tampouco de ser inovadora, seja efetivamente assumida nos próximos números do SJC terá o público condições de verificar que no Recife não existem apenas medalhões e que no Recife não precisamos de ser meros receptores de manifestos e direções muitas vezes só não mais grosseiros porque empacotados com o importante Made in Rio. A este respeito merece atenção particular, na página "Cinco Poemas Sociais", o poema de José Almino de Alencar. Embora se encontre um desenvolvimento irregular, ainda grosseiro, pouco flexível e com marca visível de influência, de toda a maneira ele ingressa em um caminho participante sem nada do panfletário que vem se tornando em moda a partir do exemplo de certos bons moços do Sul.

L. C. L.

Recife. Universidade

Estudos universitários; revista de cultura da Universidade do Recife, [V.] 1— , jul.-set.— — , 1962— . Recife, Universidade do Recife [Imprensa Universitária] 1962—
v. 26 cm. trimestral.

Diretor: 1962— , João Alfredo Gonçalves da Costa Lima
Resumo em francês e inglês.

1. Educação superior — Periódicos. I. Título.

378.5 (C.D. 16. ed.)

378.4(05) (C.D.U.)

Univ. do Recife

S.C.B. 62-1278

F. D. R.

378

R 297 e